

Saúde/ CNM

PESQUISA CNM

Desabastecimento de medicamentos

INTRODUÇÃO

A **Política Nacional de Assistência Farmacêutica** (PNAF) foi instituída no âmbito do SUS por instrumentos infralegais que definem seus componentes, formas de financiamento e responsabilidades das três esferas de gestão do SUS. A (PNAF) é organizada em três componentes – Básico, Estratégico e Especializado, o financiamento é tripartite, assim como a escolha de qual componente o medicamento fará parte, ou seja, a responsabilidade é da União, dos Estados e dos Municípios.

A **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais** (Rename) é uma lista orientativa e contempla os medicamentos e os insumos disponibilizados no Sistema Único de Saúde (SUS), seguindo a mesma organização da (PNAF), contemplando os Componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica, além de determinados medicamentos de uso hospitalar.

Em relação ao **Componente Básico**, destina-se à aquisição de medicamentos e insumos, incluindo-se aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da Atenção Básica à Saúde. Normalmente a aquisição é realizada pela esfera municipal e possui financiamento tripartite: Municípios: R\$ 2,36 por habitante/ano; Estados: 2,36 por habitante/ano; e a União transfere à esfera municipal incentivo financeiro *per capita* de acordo com o IDHM: Muito baixo: R\$ 6,05 (seis reais e cinco centavos); Baixo: R\$ 6,00 (seis reais); Médio: R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos); Alto: R\$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos); e Muito alto: R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) por habitante/ano.

O **Componente Especializado** é caracterizado pela busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde. Sua organização é em grupos e apenas o Grupo 3 está sob responsabilidade dos Municípios. Os demais são de aquisição centralizada nos Estados e na União.

O Ministério da Saúde considera como **Componente Estratégico** todos os medicamentos utilizados para tratamento de um grupo de agravos específicos, agudos ou crônicos, sendo doenças de perfil endêmico e que tenham impacto socioeconômico, tais como tuberculose, hanseníase, diabetes, entre outras. A União é responsável pela aquisição e pelo financiamento da maior parte dos itens, que são repassados aos Estados ou Municípios, de acordo com previsão de consumo.

Por se tratar de uma política tripartite, com responsabilidades e competências compartilhadas – e também específicas para cada esfera de gestão do SUS –, regulamentada em instrumentos infralegais e que não conferem a segurança jurídica necessária, a Confederação Nacional de Municípios redobra sua atenção a respeito do tema.

O desabastecimento de medicamentos nas farmácias dos Municípios se tornou uma realidade nos últimos meses, conforme relataram manchetes em todo o Brasil, corroboradas pela primeira versão do estudo publicado pela CNM. Vale ressaltar que os problemas no fornecimento pelo Ministério da Saúde, movimentos de protestos de funcionários de aeroportos e portos, questões de políticas internacionais e dificuldade com importação de insumos, por motivos de *lockdown* na China e guerra na Ucrânia, são alguns dos motivos mais relevantes para o desabastecimento. No primeiro estudo publicado pela CNM em 21/6/2022, obtivemos retorno de 2.469 Municípios no período de 25/5/2022 a 20/6/2022, quando foram questionados sobre o desabastecimento de medicamentos e insumos do componente básico e especializado da assistência farmacêutica, quais eram os medicamentos que faltavam, quais as causas e há quanto tempo esse desabastecimento ocorre, qual seria o prazo para a normalização e, por fim, se o Município recorreu à compra emergencial.

Desta forma, uma nova pesquisa foi aplicada no período de 1/8/2022 a 29/8/2022, quando foram contatados 3.178 Municípios (57,1%). A central de pesquisas da CNM telefonou para cada Município em busca do profissional responsável pela Assistência Farmacêutica. Dessa busca, obteve-se a seguinte compilação de respostas por Unidade da Federação.

DESENVOLVIMENTO

O maior número de respostas foi dos Municípios da região Sul, com 90,3% (1.075), seguido das regiões Sudeste, com 73,6% (1.227); Centro-Oeste, com 52,6% (245); Norte, com 31,1% (140); e Nordeste, com 27,4% (491).

Tabela 1 – Respostas por região

Região	Municípios	Respostas	% Respostas	Faltam
Centro-Oeste	466	245	52,6%	221
Norte	450	140	31,1%	310
Sudeste	1.668	1.227	73,6%	441
Sul	1.191	1.075	90,3%	116
Nordeste	1.793	491	27,4%	1.302
BR	5.568	3.178	57,1%	2.390

Fonte: CNM (2022).

Pelo complexo de serviços e estruturas de saúde pública do Sudeste e do Sul do país, ratifica-se que a amostra atual de 3.178 Municípios é representativa do cenário geral de falta de medicamentos no atual período.

Os resultados a seguir são apresentados sem desagregação por UF ou região do país.

Questão 1

Há falta de medicamentos nas farmácias básicas do Município?

Resposta	Quantidade	%
Sim	2.071	65,2%
Não	609	19,2%
O Município não tem conhecimento	498	15,7%
Municípios contatados	3.178	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Em 65,2% (2.071) dos Municípios respondentes ocorre falta de medicamentos básicos nas farmácias básicas dos Municípios. Esses medicamentos e insumos representam a terapia medicamentosa para situações de saúde associadas a doenças crônicas ou a sintomas leves, ou seja, que inicialmente podem ser tratados nas Unidades Básicas de Saúde.

Apenas 19,2% (609) dos Municípios responderam que não ocorre falta de medicamentos nas farmácias e 15,7% (498) não têm conhecimento.

Questão 2

Caso sim, quais são os medicamentos que estão em falta?

Resposta	Quantidade	%
Antibióticos do componente básico	1.851	89,4%
Medicamentos para transtornos respiratórios do componente básico	1.144	55,2%
Medicamentos para o sistema nervoso do componente básico	867	41,9%
Medicamentos para o sistema nervoso do componente especializado	863	41,7%
Anti-hipertensivos do componente básico	838	40,5%
Medicamentos para controle do diabetes do componente básico	691	33,4%
Outro	490	23,7%
Municípios contatados	2.071	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Para aquelas gestões que responderam que faltavam medicamentos, a CNM questionou quais tipos, a partir de uma listagem preestabelecida. Nesse sentido, as

gestões poderiam escolher mais de uma resposta ou escolher “outro” como opção. Assim, obteve-se que há falta de antibióticos do componente básico em 89,4% (1.851) dos Municípios respondentes e medicamentos para transtornos respiratórios do componente básico em 55,2% (1.144).

Outros itens como medicamentos para o sistema nervoso do componente básico 41,9% (867); medicamentos para o sistema nervoso do componente especializado 41,7% (863); anti-hipertensivos do componente básico 40,5% (838); medicamentos para controle da diabetes do componente básico 33,4% (691); e 490, ou seja, 23,7% dos Municípios responderam que ainda faltam outros medicamentos.

Questão 3

Em seu Município, há falta de medicamentos do componente estratégico da assistência farmacêutica?

Resposta	Quantidade	%
Sim	1.134	35,7%
Não	1.991	62,6%
Não respondeu	53	1,7%
Municípios contatados	3.178	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Em 35,7% (1.134) dos Municípios respondentes ocorre falta de medicamentos do componente estratégico da assistência farmacêutica. Esses medicamentos são recorrentemente comprados e distribuídos pela União para tratamento de patologias contempladas em programas específicos do Ministério da Saúde para controle de doenças e agravos com potencial impacto endêmico.

Em 62,6% (1.991) dos respondentes não foi indicada falta desse tipo de medicamento e em 1,7% (53) não obtivemos respostas.

Questão 4

Caso sim, medicamentos de quais tipos?

Resposta	Quantidade	%
Antibióticos	914	80,6%
Outros	292	25,7%
Medicamentos Antivirais para Influenza	265	23,4%
Anti parasitários	237	20,9%
Vacinas do calendário vacinal, não covid-19	112	9,9%
Medicamentos para Tuberculose	108	9,5%
Medicamentos Antiretrovirais HIV	94	8,3%
Municípios contatados	1.134	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Para aquelas gestões que responderam que, SIM, faltavam medicamentos especializados, a CNM questionou quais tipos, a partir de uma listagem preestabelecida. Nesse sentido, as gestões poderiam escolher mais de uma resposta. Assim, obtivemos a maior das respostas como antibióticos, com 80,6% (914), e “outros” tipos de medicamentos que não foram listados representam 25,7% (265). Algumas gestões apontaram esses “outros” como sendo: xaropes, dipirona, insulina, analgésicos, quetiapina, entre outros.

Dentre a lista pré-indicada pela CNM, as respostas registraram falta de: medicamentos antivirais para casos de influenza 23,4% (265); medicamentos antiparasitários 20,9% (237); vacinas do calendário vacinal, não Covid-19 9,9% (112); medicamentos utilizados para tratamento da tuberculose 9,5% (108); e medicamentos antirretrovirais para tratamento do HIV 8,3% (94).

Questão 5

No seu Município, há desabastecimento de medicamentos da farmácia de alto custo?

Resposta	Quantidade	%
Sim	1.920	60,4%
Não	1.159	36,5%
Não respondeu	99	3,1%
Municípios contatados	3.178	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Além da falta de medicamentos em serviços que cuidam das questões básicas ou menos complexas, a CNM quis saber se faltavam medicamentos nas farmácias de alto custo, para os quais a responsabilidade pela aquisição e distribuição para os Entes municipais é dos Estados e da União. Obtivemos que na maioria dos Municípios, 60,4% (1.920), há desabastecimento desses medicamentos, já 36,5% (1.159) informaram que não há desabastecimento. Apenas 3,1% (99) não responderam ao questionamento.

Questão 6

Quanto aos medicamentos do componente básico, há prazo para normalização dos estoques?

Resposta	Quantidade	%
Sim, em até 30 dias	467	14,7%
Não, sem definição	1.813	57,0%
Sim, em até 60 dias	390	12,3%
Não há desabastecimento para medicamentos do componente básico	462	14,5%
Não respondeu	46	1,4%
Municípios contatados	3.178	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Em relação ao prazo para normalização dos estoques de medicamentos do componente básico, a maioria 57% (1.813) das gestões indicou que **não há prazo para normalização**, e 27% (857) informou que a normalização dos produtos se dá entre 30 e 60 dias; e 14,5% (462) dos Municípios informou que não há desabastecimento. Entretanto, 1,4% (46) não soube responder ao questionamento.

Questão 7

Quanto aos medicamentos do componente especializado, há prazo para normalização dos estoques?

Resposta	Quantidade	%
Não, sem definição	879	65,5%
Sim, em até 30 dias	204	15,2%
Não respondeu	260	19,4%
Municípios contatados	1.343	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Referente ao prazo para normalização dos estoques de medicamentos do componente especializado, a maioria 65,5% (879) das gestões indicou que **não há definição para a normalização** e 15,2% (204) informou que a normalização dos produtos se dará em até 30 dias. Entretanto, 19,4% (462) não soube responder ao questionamento.

Questão 8

Nos últimos 30 dias, o Município já recorreu à compra emergencial de medicamentos ou insumos?

Resposta	Quantidade	%
Sim	1.911	60,1%
Não	1.241	39,0%
Não respondeu	26	0,8%
Municípios contatados	3.178	100,0%

Fonte: CNM (2022).

Dos 3.178 Municípios que responderam à pesquisa, para 60,1% (1.911) a estratégia de manter o abastecimento e/ou solução a curto prazo para o desabastecimento de medicamentos e insumos foi a compra emergencial. Isso afeta as gestões, pois esse tipo de compra remete a que, durante o processo de aquisição por registro de preço, os medicamentos não tiveram oferta de venda pelos fornecedores, prejudicando, assim, o processo licitatório. Dessa forma, os Municípios recorrem à realização de compras

emergenciais. O indicativo da não compra emergencial foi respondido por 1.241 (39%) das gestões e 26 (0,8%) não souberam responder.

Conclusão

Esta segunda edição da pesquisa sobre o desabastecimento farmacêutico nos Municípios alcançou 3.178 Municípios, ou seja, 1.653 Municípios a mais que a primeira, representando 57,1% dos Municípios brasileiros.

Percebe-se que o percentual de 81,4% dos Municípios que sofriam por desabastecimento reduziu para 65,2%, podendo indicar uma melhora no cenário nacional. Contudo, a perspectiva de normalização dos estoques ainda não tem data definida para 57% (1.813) dos Municípios que relataram falta no componente básico e 65,5% (879) nos Municípios que relataram falta no componente especializado.

A maior falta que atinge os Municípios se reflete em antibióticos do componente básico 89,4% (1.851) e medicamentos para transtornos respiratórios do componente básico em 55,2% (1.144).

Outros itens como medicamentos para o sistema nervoso do componente básico 41,9% (867); medicamentos para o sistema nervoso do componente especializado 41,7% (863); anti-hipertensivos do componente básico 40,5% (838) e medicamentos para controle da diabetes do componente básico 33,4% (691).

Tal situação preocupa a CNM, pois pode afetar a população quanto ao controle de doenças crônicas, como diabetes, por exemplo, e a recuperação de quadros infecciosos que exigem o uso de antibióticos, sendo que quadros clínicos leves podem gerar complicações e levar ao aumento das demandas por internação hospitalar.

Além disso, outros impactos nos Entes municipais podem ocorrer em consequência ao desabastecimento de medicamentos, como queda de indicadores de saúde, redução da cobertura assistencial, aumento de demandas reprimidas por tratamentos especializados, além do aumento das demandas judiciais em busca da garantia do direito à saúde, inclusive com demandas que não são de competência dos Municípios

brasileiros, como o fornecimento de medicamentos especializados e estratégicos de compra centralizada nos Estados e na União.